



GRUPO MADERO

MADERO

JERONIMO BURGER

EMPÓRIO MADERO

MADERO CAFE

EMPÓRIO MADERO

MADERO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. E CONTROLADAS

CNPJ: 13.783.221/0004-78

Relatório da Administração 4T25

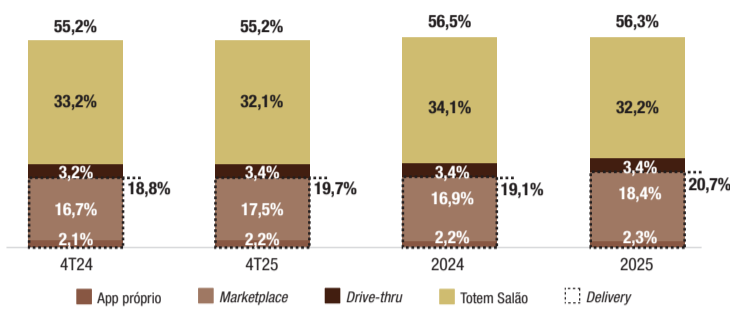
Curitiba, 29 de janeiro de 2026 - O Grupo Madero, um dos maiores grupos de restaurantes do Brasil, com um portfólio de 355 restaurantes<sup>3</sup> multimarcas, construídos sobre uma plataforma de produção, distribuição e logística verticalmente integrada, divulga os resultados do 4T25 e 2025. As comparações são com o 4T24 e 2024 ex-PERSE, exceto quando indicado. As informações são expressas em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma, e de acordo com o padrão contábil internacional - IFRS (International Financial Reporting Standards) emitido pelo IASB (International Accounting Standards Board) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Destaques de 2025

Grupo Madero registra Receita Bruta anual de R\$ 2,3 bilhões e atinge EBITDA Ajustado de R\$ 596 milhões

Crescimento da Receita Bruta<sup>1</sup> +4,0% Margem EBITDA Ajustada Anual<sup>1,2</sup> 28,3% Lucro Líquido Anual<sup>1,2</sup> R\$ 103 mm

Receita de Canais Digitais (% da Receita dos Restaurantes)



EBITDA Ajustado

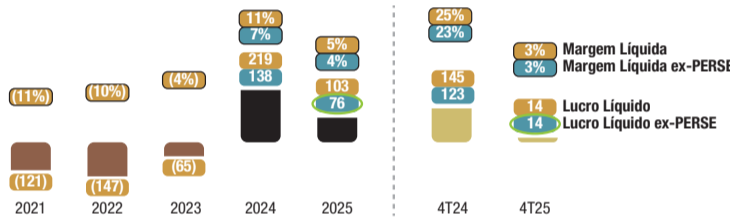
A Companhia apresentou EBITDA Ajustado ex-PERSE de R\$ 566,1 milhões em 2025, o que representa uma margem de 28,3% (+0,5 p.p. vs. 2024 ex-PERSE). As comparações apresentadas na tabela abaixo utilizam os valores do 4T24, 2024 e 2025 excluindo o efeito do PERSE, a fim de manter a comparabilidade.

Conciliação do EBITDA (R\$ mm)	4T25		4T24		Var.	2025		2024		Var.
	4T25	ex-PERSE	4T24	ex-PERSE		2025	ex-PERSE	2024	ex-PERSE	
EBIT	90,5	106,0	128,5	146,6	373,1	345,4	319,3	8,2%		
(+) Depreciação e Amortização	55,3	48,5	49,9	14,0%	213,3	211,3	197,5	7,0%		
EBITDA	145,8	154,5	178,5	-5,6%	586,4	556,7	516,7	7,7%		
Margem EBITDA (var. p.p.)	26,7%	28,4%	30,8%	-1,7	28,7%	27,8%	26,8%	1,0		
(+) Perda (ganho) na venda de ativos	7,5	(0,1)	(0,1)	n.a.	9,0	9,0	8,7	3,6%		
(+) Despesas pré-operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-		
(+) (Receita) diferida	(0,1)	-	-	-	(0,1)	(0,1)	-	-		
(+) Despesas com remuneração baseada em ações	(1,1)	0,4	0,4	-371,5%	0,5	0,5	9,5	-94,7%		
EBITDA Ajustado	152,1	154,8	178,8	-1,5%	595,8	566,1	534,9	5,8%		
Margem EBITDA Ajustada (var. p.p.)	27,9%	28,5%	30,9%	-0,6	29,2%	28,3%	27,7%	0,5		
(-) Despesas com arrendamento - IFRS16	(35,1)	(30,9)	(30,9)	13,7%	(133,5)	(133,5)	(119,9)	11,4%		
EBITDA Ajustado ex-IFRS16	117,0	123,9	147,9	-5,6%	462,2	432,5	415,0	4,2%		
Margem EBITDA Ajustada ex-IFRS16 (var. p.p.)	21,4%	22,8%	25,6%	-1,3	22,6%	21,6%	21,5%	0,1		

Resultado Líquido

A Companhia finalizou o 4T25 com Lucro Líquido de R\$ 103,2 milhões, equivalente a R\$ 75,6 milhões ex-PERSE.

Evolução do Resultado Líquido (R\$ milhões)



Endividamento

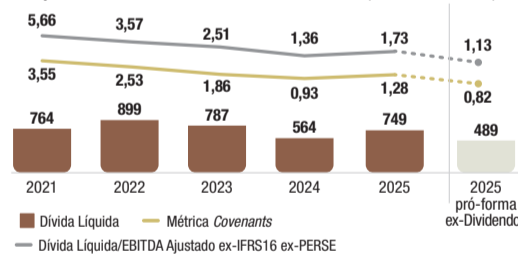
A dívida financeira líquida da Companhia totalizou R\$ 749,0 milhões em 31/12/2025, um aumento de R\$ 8,0 milhões em relação a 30 de setembro de 2025.

Dívida Financeira Líquida (R\$ mm - final do período)	31/12/2025	30/09/2025	Var. (%)	31/12/2024	Var. (%)
Dívida Líquida	749,0	741,0	1,1%	563,5	32,9%
Caixa e Aplicações Financeiras	331,6	357,8	-7,3%	414,4	-20,0%
Dívida Bruta - por tipo	1.080,6	1.098,8	-1,7%	977,9	10,5%
Debêntures e Notas Comerciais	869,2	708,7	22,6%	501,9	73,2%
CRA	205,8	387,2	-46,8%	473,6	-56,5%
Outros	5,6	2,9	94,1%	2,5	-
Dívida Bruta - por prazo	1.080,6	1.098,8	-1,7%	977,9	10,5%
Curto Prazo (até 12 meses)	254,7	282,7	-9,9%	150,2	69,6%
Longo Prazo (acima de 12 meses)	825,9	816,0	1,2%	827,7	-0,2%
Breakdown (% da Dívida Bruta)	100,0%	100,0%	0,0	100,0%	0,0
Curto Prazo (até 12 meses)	23,6%	25,7%	-2,2	15,4%	8,2
Longo Prazo (acima de 12 meses)	76,4%	74,3%	2,2	84,6%	-8,2

Alavancagem

O EBITDA dos últimos doze meses totalizou R\$ 586,4 milhões, portanto, o índice de endividamento (Dívida Líquida/EBITDA Anualizado) foi de 1,28x (1,73x ex-IFRS16 e ex-PERSE). Vale ressaltar que, em 2025, foram realizados pagamentos de dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio no montante de R\$ 260,5 milhões.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do índice de endividamento e da dívida líquida nos últimos períodos:

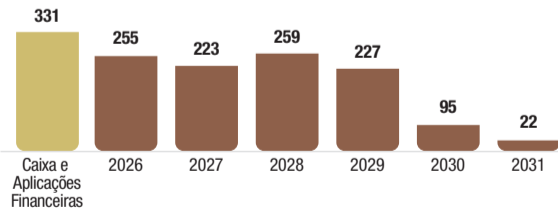


Excluindo os efeitos dos pagamentos e dividendos e JCP realizados em 2025, bem como as captações de dívida relacionadas a estes eventos, a alavancagem pro-forma em 31 de dezembro de 2025 é 0,82x (1,13x ex-IFRS16 e ex-PERSE).

8ª Emissão de Debêntures

No quarto trimestre de 2025, a Companhia realizou sua 8ª Emissão de Debêntures, no valor R\$ 150 milhões, com prazo de cinco anos e carência de amortização de principal de três anos. A emissão conta com remuneração atrelada ao CDI acrescido de 2,25% ao ano. Com os recursos da emissão, a Companhia realizou o resgate antecipado facultativo da 141ª Emissão de CRA da Ecoagro Securitizadora, lastreada pela 5ª Emissão de Debêntures da Companhia. Para a 1ª Série do CRA foi realizado o resgate antecipado facultativo total e para a 2ª Série foi realizada oferta de resgate antecipado parcial, totalizando R\$ 156,1 milhões. O cronograma de amortizações em 31 de dezembro de 2025 é apresentado abaixo. Nesta data, o prazo médio da dívida era de 2,4 anos.

Cronograma de Amortizações (R\$ mm)



Capex

Em 2025, a Companhia investiu R\$ 246,6 milhões, principalmente destinados à abertura de novos restaurantes. Vale ressaltar que, em contrapartida, R\$ 35,2 milhões de allowance foram recebidos no ano.

Capex (R\$ mm)	4T25	4T24	Var. (%)	2025	2024	Var. (%)
Restaurantes	44,1	29,8	47,9%	173,5	77,2	124,6%
Novos restaurantes	25,9	16,4	57,9%	84,4	40,5	108,6%
Conversões de formato	5,4	1,2	359,6%	30,6	2,7	1029,7%
Equipamentos para aberturas em 2026	4,1	1,4	183,9%	19,7	5,3	270,9%
Melhorias	2,6	-	-	17,9	-	-
Manutenção	6,1	10,8	-43,5%	20,8	28,7	-27,6%
Cozinha Central	1,0	17,8	-94,4%	59,5	30,0	98,3%
Corporativo	10,2	0,8	n.a.	13,6	3,0	353,9%
Total	55,3	48,4	14,2%	246,6	110,2	123,7%
Allowance	(10,6)	(0,8)	n.a.	(35,2)	(5,1)	590,2%
Total (Líquido de Allowance)	44,7	47,6	-6,1%	211,4	105,1	101,0%

Os investimentos em Restaurantes, que totalizaram R\$ 173,5 milhões em 2025, referem-se a: R\$ 84,4 milhões para novas aberturas, R\$ 30,6 milhões para conversões, R\$ 17,9 em melhorias (principalmente relacionado à atualização dos melhores dos restaurantes Madero), R\$ 19,7 milhões em aquisições de equipamentos para as aberturas e conversões em 2026 e R\$ 20,8 milhões em manutenção.

continua →

Destaques do Período	4T25		4T24		Var.	2025		2024		Var.
	4T25	ex-PERSE	4T24	ex-PERSE		2025	ex-PERSE	2024	ex-PERSE	
<b>Financeiros (R\$ mm)</b>										
Receita operacional bruta	626,3	626,4	626,4	0,0%	2.303,0	2.303,0	2.214,9	4,0%		
Receita operacional líquida	545,5	544,1	578,9	0,3%	2.042,1	2.002,7	1.928,0	3,9%		
Lucro (Prejuízo) líquido	14,4	122,7	144,7	-88,3%	103,2	75,6	138,0	-45,2%		
% margem (var. p.p.)	2,6%	22,6%	25,0%	-19,9	5,1%	3,8%	7,2%	-3,4		
EBITDA Ajustado <sup>1,2</sup>	152,1	154,8	178,8	-1,7%	595,8	566,1	534,9	5,8%		
% margem (var. p.p.)	27,9%	28,5%	30,9%	-0,6	29,2%	28,3%	27,7%	0,5		
Dívida Financeira Líquida (fim do período)	749,0	563,5	563,5	32,9%	749,0	749,0	563,5	32,9%		
<b>Operacionais</b>										
Número de Aberturas (restaurantes)	12	2	2	500,0%	25	25	6	316,7%		
Número de Restaurantes (fim do período) <sup>3</sup>	355	280	280	26,8%	355	355	280	26,8%		
SSS (% vs. ano anterior) (var. p.p.)	-3,7%	11,9%	11,9%	-15,6	1,2%	1,2%	10,5%	-9,3		

<sup>1</sup> Todas as comparações desconsideram os efeitos do PERSE, que estiveram presentes entre 2T24 e 1T25.  
<sup>2</sup> Para o cálculo de EBITDA Ajustado, a Companhia avalia e expurga itens não recorrentes relacionados a (i) Perda ou Ganho na venda de imobilizado; (ii) Despesas pré-operacionais; (iii) Receita Diferida proveniente de Subvenção Governamental; e (iv) Plano de compensação baseado em ações somado aos custos com IPO e despesas relacionadas. A margem EBITDA Ajustada é calculada dividindo-se o EBITDA Ajustado pela Receita Líquida Total da Companhia.  
<sup>3</sup> 355 restaurantes alocados em 283 operações multimarcas, vide anexos I e II deste Release.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em um ano marcado pelo mercado consumidor muito desafiador, o Grupo Madero consolidou sua posição de destaque no Brasil, sustentada por entrega de qualidade, inovação e disciplina financeira. Encerramos o ano com 355 restaurantes<sup>1</sup>, atingindo Receita Bruta anual recorde de R\$ 2,3 bilhões. O EBITDA Ajustado anual foi R\$ 595,8 milhões, representando margem EBITDA Ajustada de 29,2%. O foco contínuo em melhoria de processos e ganhos de eficiência nos proporcionou encerrar o ano com Lucro Líquido de R\$ 103,2 milhões. Parte importante desse resultado é devido a inovações, como:

- A introdução dos restaurantes híbridos, que proporcionam maior retorno sobre o capital investido.
- A implantação de dark kitchens de Jeronimo em restaurantes Madero Steak House, ampliando significativamente a capilaridade do delivery em regiões antes não servidas.
- O roll-out das empanadas artesanais nos cardápios dos restaurantes. São produtos que vão de encontro às preferências dos nossos clientes por opções saudáveis, práticas e de qualidade.
- Reforçando a estratégia ligada às empanadas, em 20 de dezembro inauguramos a primeira operação do conceito Empório Madero & Empanadas. Este conceito é focado na venda de produtos para o cliente levar para casa, tais como hambúrgueres, pães congelados, sobremesas, pratos prontos Madero e especialmente empanadas artesanais. Além do atendimento presencial, essa unidade é um importante avanço na estratégia de crescimento do delivery. O Empório Madero & Empanadas já vem mostrando resultados muito promissores logo nos primeiros dias de operação, reforçando nossa visão de sua importância crescente no plano de expansão.
- Ainda no campo do delivery, em dezembro iniciamos a operação com o parceiro 99 Food, abrindo novo canal de vendas de grande potencial, que esperamos ver crescer ao longo de 2026.

Nada disso seria possível sem o comprometimento de todos os nossos mais de oito mil colaboradores e o apoio incondicional dos acionistas, fornecedores e parceiros. Em 2026 seguimos inovando, começando pela inauguração da primeira operação internacional do Grupo no primeiro trimestre, em Cidade de Leste no Paraguai, sem perder o foco absoluto em qualidade e eficiência.

Luiz Renato Durski Junior  
Diretor Presidente

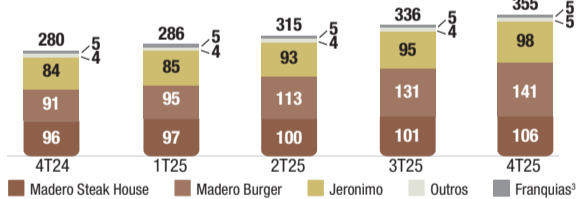
<sup>1</sup> 355 restaurantes alocados em 283 operações multimarcas, vide anexos I e II deste Release.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Rede de Restaurantes Total

Em 31 de dezembro de 2025, a rede contava com 355 restaurantes<sup>1</sup>, sendo 108 Madero Steak House, 144 Madero Burger<sup>2</sup>, 98 Jeronimo e 5 em outros conceitos.

Rede de Restaurantes - Unidades (fim do período)



<sup>1</sup> 355 restaurantes alocados em 283 operações multimarcas, vide anexos I e II.  
<sup>2</sup> O conceito Madero Burger inclui Madero Container.  
<sup>3</sup> Franquias: <sup>2</sup> Madero Steak House e <sup>3</sup> Madero Burger.

No 4T25, a Companhia inaugurou doze novos restaurantes, sendo cinco Madero Steak House, dois Madero Burger, quatro Jeronimo e um Empório Madero & Empanadas. Em complemento, foram adicionados onze restaurantes Madero Burger em operações Jeronimo. Vide anexos I e II deste Release, para detalhamento de aberturas, fechamentos e conversões.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Receita Líquida

A Receita Líquida ex-PERSE de 2025 totalizou R\$ 2,0 bilhões, um crescimento de 3,9% vs. 2024. As comparações apresentadas na tabela abaixo utilizam os valores do 4T24, 2024 e 2025 excluindo os benefícios do PERSE, a fim de manter a comparabilidade. Restaurantes convertidos passam a ser considerados integralmente como Híbrido Madero & Jeronimo.

Receita Líquida (R\$ mm)	4T25		4T24		Var. (%)	2025		2024		Var. (%)
	4T25	ex-PERSE	4T24	ex-PERSE		2025	ex-PERSE	2024	ex-PERSE	
Madero Steak House	273,7	277,9	295,8	-1,5%	1.041,6	1.022,1	966,4	5,8%		
Madero Burger	98,4	113,2	121,3	-13,1%	404,8	396,6	407,8	-2,7%		
Jeronimo	41,2	47,4	47,6	-13,1%	163,2	159,9	168,0	-4,8%		
Híbrido Madero & Jeronimo	110,1	90,3	91,3	22,0%	379,0	371,7	327,3	13,6%		
Outros	22,1	15,3	22,8	44,5%	53,5	52,4	58,5	-10,4%		
Receita Líquida Total	545,5	544,1	578,9	0,3%	2.042,1	2.002,7	1.928,0	3,9%		

Vendas nos Mesmos Restaurantes (SSS)

As vendas dos restaurantes comparáveis (SSS), que correspondem àqueles restaurantes com idade a partir de 12 meses, em um cenário macroeconômico desafiador, em 2025 apresentaram um aumento de 1,2% em comparação a 2024, tendo como destaque positivo o desempenho do formato Híbrido Madero & Jeronimo.

SSS 12 meses (vs. ano anterior)	4T25	4T24	Var. (p.p.)	2025	2024	Var. (p.p.)
Madero Steak House	-5,6%	9,9%	-15,5	0,4%	8,9%	-8,5
Madero Burger	-8,7%	12,3%	-21,0	-1,6%		



**GRUPO MADERO**

MADERO

MADERO CAFE

JERONIMO BURGER

EMPÓRIO MADERO

ECOPARADA MADERO

\* continuação

**Relatório da Administração 4T25**

Anexo I - Número de Restaurantes							Anexo II - Número de Operações						
Número de Restaurantes (unidades)	4T25	4T24	Var.	2025	2024	Var.	Número de Operações (unidades)	4T25	4T24	Var.	2025	2024	Var.
<b>Madero Steak House</b>							<b>Madero Steak House</b>						
Início do período	101	94	7	96	93	3	Início do período	100	94	6	96	93	3
Aberturas	5	2	3	10	2	8	Aberturas	3	2	1	8	2	6
Conversões	-	-	-	-	2	(2)	Conversões	-	-	-	(1)	2	(3)
Fechamentos	-	-	-	-	(1)	1	Fechamentos	-	-	-	-	(1)	1
<b>Final do Período</b>	<b>106</b>	<b>96</b>	<b>10</b>	<b>106</b>	<b>96</b>	<b>10</b>	<b>Final do Período</b>	<b>103</b>	<b>96</b>	<b>7</b>	<b>103</b>	<b>96</b>	<b>7</b>
<b>Madero Burger</b>							<b>Madero Burger</b>						
Início do período	131	88	43	91	83	8	Início do período	74	86	(12)	85	81	4
Aberturas	2	-	2	6	3	3	Aberturas	-	-	-	-	3	(3)
Conversões	11	3	8	50	7	43	Conversões	-	(1)	1	(8)	2	(10)
Fechamentos	(3)	-	(3)	(6)	(2)	(4)	Fechamentos	(3)	-	(3)	(6)	(1)	(5)
<b>Final do Período</b>	<b>141</b>	<b>91</b>	<b>50</b>	<b>141</b>	<b>91</b>	<b>50</b>	<b>Final do Período</b>	<b>71</b>	<b>85</b>	<b>(14)</b>	<b>71</b>	<b>85</b>	<b>(14)</b>
<b>Jeronimo</b>							<b>Jeronimo</b>						
Início do período	95	83	12	84	88	(4)	Início do período	37	81	(44)	78	86	(8)
Aberturas	4	-	4	8	1	7	Aberturas	-	-	-	-	1	(1)
Conversões	-	1	(1)	9	(4)	13	Conversões	(11)	(3)	(8)	(50)	(9)	(41)
Fechamentos	(1)	-	(1)	(3)	(1)	(2)	Fechamentos	(1)	-	(1)	(3)	-	(3)
<b>Final do Período</b>	<b>98</b>	<b>84</b>	<b>14</b>	<b>98</b>	<b>84</b>	<b>14</b>	<b>Final do Período</b>	<b>25</b>	<b>78</b>	<b>(53)</b>	<b>25</b>	<b>78</b>	<b>(53)</b>
<b>Híbrido Madero &amp; Jeronimo</b>							<b>Híbrido Madero &amp; Jeronimo</b>						
Início do período	57	1	56	5	-	5	Início do período	57	1	56	5	-	5
Aberturas	4	-	4	8	-	8	Aberturas	4	-	4	8	-	8
Conversões	11	4	7	59	5	54	Conversões	11	4	7	59	5	54
Fechamentos	-	-	-	-	-	-	Fechamentos	-	-	-	-	-	-
<b>Final do Período</b>	<b>72</b>	<b>5</b>	<b>67</b>	<b>72</b>	<b>5</b>	<b>67</b>	<b>Final do Período</b>	<b>72</b>	<b>5</b>	<b>67</b>	<b>72</b>	<b>5</b>	<b>67</b>
<b>Outros</b>							<b>Outros</b>						
Início do período	6	6	-	6	10	(4)	Início do período	6	6	-	6	10	(4)
Aberturas	1	-	1	1	-	-	Aberturas	1	-	1	1	-	-
Conversões	-	-	-	-	-	-	Conversões	-	-	-	-	-	-
Fechamentos	-	-	-	(2)	2	-	Fechamentos	-	-	-	-	(4)	4
<b>Final do Período</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>Final do Período</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>1</b>
<b>Aberturas Totais</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>25</b>	<b>6</b>	<b>19</b>	<b>Aberturas Totais</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>17</b>	<b>6</b>	<b>11</b>
<b>Franquias<sup>1</sup></b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>Franquias<sup>1</sup></b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>-</b>
<b>Número total de restaurantes (fim do período)</b>	<b>355</b>	<b>280</b>	<b>75</b>	<b>355</b>	<b>280</b>	<b>75</b>	<b>Número total de operações (fim do período)</b>	<b>283</b>	<b>275</b>	<b>8</b>	<b>283</b>	<b>275</b>	<b>8</b>

<sup>1</sup> Franquias: <sup>2</sup> Madero Steak House e <sup>3</sup> Madero Burger.

<sup>1</sup> Franquias: <sup>2</sup> Madero Steak House e <sup>3</sup> Madero Burger.

**Contato Relações com Investidores**

Diretoria de RI	Atendimento à Imprensa
<p><b>Marcelo Gil Aldenucci</b> ri.grupomadero.com.br</p>	<p><b>João Garrido</b> ri@grupomadero.com.br</p>
	<p><b>InPress Porter Novelli</b> <b>Rodrigo Pinotti</b> rodrigo.pinotti@inpresspni.com.br</p>

**Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2025 e 2024** (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado							
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024								
<b>Circulante</b>																	
Caixa e equivalentes de caixa	3	307.838	379.195	308.540	379.523	Fornecedores	16	57.176	66.353	57.201	66.353						
Contas a receber	5	136.047	137.628	136.099	137.676	Empréstimos e financiamentos	17	253.183	149.293	253.183	149.293						
Estoques	8	90.200	101.148	90.200	101.148	Instrumento financeiros swap	30.3	340	69	340	69						
Impostos a recuperar	9	14.604	19.768	14.625	19.768	Passivos de arrendamento	12	49.397	110.658	49.397	110.658						
Tributos diferidos	29	12.764	34.927	12.764	34.927	Obrigações sociais	18	158.263	161.171	158.492	161.171						
Outros ativos	10	7.734	13.843	7.747	13.843	Obrigações tributárias	19	83.121	59.296	83.123	59.298						
Total do ativo circulante		569.187	686.509	569.975	686.885	Receita diferida	20	21.206	4.536	21.206	4.536						
<b>Não Circulante</b>																	
Aplicações financeiras	4	23.049	34.902	23.049	34.902	Outras obrigações	22	12.917	79.852	12.924	79.852						
Impostos a recuperar	9	19.658	22.595	19.658	22.595	Total do passivo circulante		635.603	631.228	635.866	631.230						
Tributos diferidos	29	88.803	37.461	88.803	37.461	<b>Não Circulante</b>											
Outros ativos	10	166	326	166	326	Empréstimos e financiamentos	17	821.764	826.185	821.764	826.185						
Investimentos	11	4.033	3.150	-	-	Passivos de arrendamento	12	778.801	687.744	778.801	687.744						
Ativos de direito de uso	12	656.511	664.572	656.511	664.572	Obrigações sociais	18	61.672	79.962	61.672	79.962						
Imobilizado	13	1.412.698	1.314.465	1.416.209	1.317.244	Obrigações tributárias	19	103.013	118.643	103.013	118.643						
Intangível	14	34.029	37.456	34.029	37.456	Receita diferida	20	84.870	43.982	84.870	43.982						
Total do ativo não circulante		2.238.947	2.114.927	2.238.425	2.114.556	Provisão para riscos	21	50.324	38.213	50.324	38.213						
<b>Total do Ativo</b>		<b>2.808.134</b>	<b>2.801.436</b>	<b>2.808.400</b>	<b>2.801.441</b>	Outras obrigações	22	53.578	18.736	53.578	18.736						
						Total do passivo não circulante		1.954.022	1.813.465	1.954.022	1.813.465						
						<b>Patrimônio Líquido</b>											
						Capital social	23	202.395	202.199	202.395	202.199						
						Reserva de capital		-	(12.535)	-	(12.535)						
						Reserva de lucros		-	156.123	-	156.123						
						Reserva legal		16.114	10.956	16.114	10.956						
						Patrimônio líquido		218.509	356.743	218.509	356.743						
						Participação de não controladores		-	-	3	3						
						Total do patrimônio líquido		218.509	356.743	218.512	356.746						
						<b>Total do Passivo</b>											
						<b>2.808.134</b>	<b>2.801.436</b>	<b>2.808.400</b>	<b>2.801.441</b>								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta	25	2.302.900	2.214.765	2.303.020	2.214.885
(-) Deduções da receita	25	(260.915)	(169.264)	(260.919)	(169.269)
Receita operacional líquida	25	2.041.985	2.045.501	2.042.101	2.045.616
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	26	(582.923)	(579.692)	(582.923)	(579.692)
Lucro bruto		1.459.062	1.465.809	1.459.178	1.465.924
Despesas com restaurantes e vendas	26	(899.894)	(856.097)	(900.625)	(856.097)
Despesas gerais e administrativas	26	(190.386)	(205.410)	(190.400)	(205.424)
Equivalência patrimonial	11	68	101	-	-
Outros resultados operacionais	27	4.198	(3.499)	4.929	(3.499)
Lucro operacional		373.048	400.904	373.082	400.904
Resultado financeiro	28	(282.173)	(254.172)	(282.197)	(254.172)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		90.875	146.732	90.885	146.732
Imposto de renda e contribuição social corrente		(16.898)	-	(16.908)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	29	29.179	72.388	29.179	72.388
Impostos de renda corrente e diferido		12.281	72.388	12.271	72.388
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>103.156</b>	<b>219.120</b>	<b>103.156</b>	<b>219.120</b>
Lucro por ação ordinária					
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		0,30	0,63		
Lucro diluído por ação (R\$)		0,30	0,63		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício		103.156	219.120	103.156	219.120
Resultado abrangente do exercício		103.156	219.120	103.156	219.120
Atribuível a:					
Controladora				103.156	219.120

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Dos acionistas controladores						
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Atribuível a controladora	Atribuível a não controladores
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2023</b>	1.022.768	(13.368)	-	-	(820.569)	188.831	3
Acordo não controladores (nota 24)	-	833	-	-	-	833	-
Absorção do prejuízo acumulado	(820.569)	-	-	-	820.569	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	156.123	(156.123)	-	-
Lucros a distribuir	-	-	-	-	(52.041)	(52.041)	-
Reserva legal	-	-	10.956	-	(10.956)	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	219.120	219.120	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2024</b>	<b>202.199</b>	<b>(12.535)</b>	<b>10.956</b>	<b>156.123</b>	<b>-</b>	<b>356.743</b>	<b>3</b>
Absorção de reserva de capital	-	12.535	-	(12.535)	-	-	-
Outros ajustes	196	-	-	-	-	196	-
Provisão custo plano de ações	-	-	-	-	173	173	-
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	(143.588)	-	(143.588)	-
Lucro do exercício							



→ continuação

**Demonstrações dos Valores Adicionados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas</b>					<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>				
Vendas de produtos e serviços e outras receitas	2.302.900	2.214.765	2.303.020	2.214.885	Despesas com pessoal				
Outras receitas	54.296	9.582	54.296	9.582	Remuneração direta	485.593	428.704	485.383	428.704
	2.357.196	2.224.347	2.357.316	2.224.467	Benefícios	192.331	200.118	192.331	200.118
					FGTS	32.603	28.806	32.603	28.806
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>					<b>Tributos</b>				
Matérias-primas e produtos para revenda	(600.802)	(557.640)	(600.802)	(557.640)	Federais	125.518	(23.873)	125.531	(23.862)
Matérias, energia, serviços de terceiros e outros	(196.655)	(256.694)	(196.880)	(256.701)	Estaduais	79.126	54.094	79.126	54.094
	(797.457)	(814.334)	(797.682)	(814.341)	Municipais	12.191	10.478	12.191	10.478
Valor adicionado bruto	1.559.739	1.410.013	1.559.634	1.410.126	<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>				
Depreciação e amortização	(213.305)	(202.763)	(213.305)	(202.763)	Despesas financeiras	327.280	283.170	327.304	283.170
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.346.434	1.207.250	1.346.329	1.207.363	Despesas de aluguéis (variáveis) e arrendamentos	33.811	35.675	33.811	35.675
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>					<b>Acionistas</b>				
Resultado de participações em investimentos	68	101	-	-	Dividendos, reserva legal e lucros retidos	69.841	-	69.841	-
Receitas financeiras	45.107	28.941	45.107	28.940	Lucros a distribuir	33.315	219.120	33.315	219.120
	45.175	29.042	45.107	28.940	<b>Valor Adicionado Total Distribuído (B)</b>	1.391.609	1.236.292	1.391.436	1.236.303
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir (A)</b>	1.391.609	1.236.292	1.391.436	1.236.303					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2025**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Informações Gerais:** O Madero Indústria e Comércio S.A. ("Grupo" ou "Companhia") é uma empresa registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), sem negociação de ações na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sediada na cidade de Ponta Grossa, no estado do Paraná, que tem como atividade principal a comercialização de produtos alimentícios por meio de rede própria de restaurantes, a qual em 31 de dezembro de 2025, conta com 283 operações multimarca (sendo quatro franqueados independentes e um restaurante franqueado pertencente ou controlado pelo acionista controlador), distribuídos em 18 estados brasileiros e no Distrito Federal. Em 31 de dezembro de 2025, a nível consolidado, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$406.769 (R\$448.758 em 31 de dezembro de 2024), demonstrando robusta capacidade de geração de caixa. Nesta mesma data, a Companhia e suas controladas (consolidado) apresentaram lucro líquido de R\$103.156 (R\$219.120 em 31 de dezembro de 2024), e capital circulante líquido negativo de R\$65.891 (R\$55.655 em 31 de dezembro de 2024). A liquidez disponível, considerando a geração de caixa adicional projetada para as operações nos próximos doze meses, será suficiente para pagar o total das obrigações de curto prazo até 31 de dezembro de 2026, antes ou na data de vencimento. No que diz respeito à geração de caixa, a Administração entende que as tendências observadas nos períodos anteriores se manterão presentes, favorecendo a manutenção dessa geração de caixa em patamares compatíveis ou superiores aos do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Administração analisou e concluiu que a Companhia possui capacidade para dar continuidade à suas operações. Dessa forma, essas demonstrações financeiras foram elaboradas à base contábil de continuidade operacional. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 27 de janeiro de 2026. **2. Base de Preparação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 21) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB - IAS 34), bem como normas e requerimentos da CVM e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros ao custo amortizado, outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo, exceto quando indicado de outra forma. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar conforme requerido pelas normas da CVM, não sendo uma demonstração prevista e obrigatória nas IFRS. Possui por finalidade a evidência da riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes. **Arredondamento de valores:** Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e notas explicativas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. **Resumo das informações materiais das políticas contábeis:** As informações materiais das políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Consolidação e Conversão de Moeda Estrangeira:** A Companhia consolida todas as entidades que controla, ou seja, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e suas controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 conforme relacionadas a seguir:

Controlada	% Percentual		Participação
	31/12/2025	31/12/2024	
Mila Adm. de Imóveis	99,90%	99,90%	Direta
Grupo Madero Paraguay E.A.S. (*)	100%	-	Direta

(\*) A controlada Grupo Madero Paraguay E.A.S., localizada em Cidade do Leste no Paraguai, teve início de suas atividades durante o último trimestre de 2025, com o objetivo de iniciar as operações de restaurantes no exterior. a) Controladas: Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) das quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos na aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda ("impairment") do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. b) Transações com participações de não controladores: O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Reserva de Capital". c) Perda de controle em controladas: Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação da entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. d) Conversão de moeda estrangeira - Moeda funcional e moeda de apresentação: Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo os montantes foram mensurados com base na moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim de cada período. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional do Grupo, exceto quando indicado de outra forma. **Políticas Contábeis Materiais:** **2.2. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, cartão de débito e outras aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.3. Instrumentos Financeiros:** 2.3.1. Reconhecimento e mensuração inicial: Os títulos a receber e títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente quando originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (exceto contas a receber) ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação (para um item que não esteja no FVTPL - "Fair Value Option") que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. O saldo das contas a receber é mensurado inicialmente pelo preço da transação. 2.3.2. Classificação e mensuração: (I) Ativos financeiros - A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes e iii) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição no caso de investimentos que não sejam mensurados pelo valor justo através do resultado. (II) Passivos financeiros - Todos os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Após o reconhecimento inicial, a entidade não pode reclassificar qualquer passivo financeiro entre categorias. (III) Reconhecimento e desreconhecimento - O IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros, determina que a Companhia deve reconhecer um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial somente quando uma entidade se torna parte das atividades contratuais do instrumento. A compra ou venda de ativos financeiros deve ser reconhecida e/ou desreconhecida, se aplicável, na data da negociação ou na data da liquidação. A entidade deve desreconhecer o ativo financeiro quando e somente quando: • Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expiram; ou • Transferir o ativo financeiro se a entidade não tiver seu controle. A entidade deve desreconhecer o passivo financeiro quando e somente quando: • For extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. "Impairment" - A Companhia avalia com base em projeções futuras a perda de crédito esperada associada a seus instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado e

ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia do "impairment" adotada depende da ocorrência de um aumento significativo do risco de crédito. Para as contas a receber de clientes a Companhia adotou a abordagem simplificada, conforme permitido pelo IFRS 9 e, portanto, reconheceu as perdas esperadas ao longo da vida útil desse o reconhecimento inicial do crédito. (IV) Compensação de instrumentos financeiros - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. (V) Custo amortizado de ativos financeiros após o reconhecimento inicial - Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização da taxa efetiva de juros é incluída na linha de receita financeira na demonstração do resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como "Despesas financeiras" na demonstração consolidada do resultado. São incluídos como ativo circulante, exceto para prazos de vencimento superiores a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes. (VI) Valor justo de ativos financeiros - Para ativos mensurados ao valor justo, a mudança no valor justo deve ser reconhecida no resultado ou em outro resultado abrangente, conforme apropriado. A data de negociação deve ser considerada a data de reconhecimento inicial para fins de aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável. 2.3.3. Swap: Nas operações de Swap não designadas para "hedge accounting", os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado financeiro. **2.4. Contas a Receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.5. Transações com Partes Relacionadas:** As partes relacionadas são o acionista controlador, qualquer acionista não controlador que detenha mais de 5% das ações da Companhia, as empresas coligadas, qualquer diretor executivo da Companhia e os familiares imediatos de quaisquer partes relacionadas identificadas. As transações com partes relacionadas referem-se a compra de restaurantes, compras de produtos, contratação de serviços, pagamento de salários e royalties firmados com pessoas físicas ou jurídicas. Essas transações são realizadas em condições normais de mercado e não envolvem qualquer risco incomum de recebimento. **2.6. Estoques:** Os estoques são compostos por matérias-primas e produtos destinados à produção ou revenda de itens comercializados em restaurantes, registradas ao custo de aquisição. Os estoques são avaliados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O método de custo utilizado para os estoques é o método da média ponderada. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados necessários para realizar a venda. **2.7. Investimentos:** Os investimentos em controladas são apresentados nas demonstrações financeiras individuais, e reconhecidos através do método de equivalência patrimonial. **2.8. Ativos Intangíveis:** 2.8.1. Agio: O agio resulta da recompra de franquias e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. 2.8.2. Softwares: As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. 2.8.3. "Impairment" sobre ativo não financeiro: Os ativos que têm vida útil indefinida, por exemplo, agio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável. A redução no valor recuperável do agio é revisada anualmente, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o agio pode não ser recuperável. Os ativos sujeitos a depreciação ou amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor justo de um ativo, menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos em que os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa (UGCs)). Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o agio adquirido em uma combinação de negócios é alocado a cada uma das UGCs (ou grupos de UGCs) que se espera que se beneficiem das sinergias da combinação, identificadas no nível do segmento operacional. As três unidades definidas foram: Madero, Jerônimo e Outros. **2.9. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é reconhecida pelo método linear ao longo da vida útil estimada de cada ativo, para amortizar integralmente o custo menos o valor residual de cada ativo ao longo de sua vida útil esperada. A vida útil e as taxas anuais de depreciação estão demonstradas abaixo:

Depreciação	Taxa	Vida útil (anos)
Edificações	1,70%	59
Instalações em imóveis de terceiros	6,84%	15
Máquinas e equipamentos	8,55%	12
Informática	20,24%	5
Móveis e utensílios	9,45%	11
Veículos	8,13%	12

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço, e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os itens do imobilizado são baixados após a alienação ou quando nenhum benefício futuro for esperado do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação são determinados como a diferença entre o valor recebido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **2.10. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.11. Empréstimos e Financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante os períodos em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço. **2.12. Provisão para Riscos:** Uma provisão é reconhecida quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada ("constructive obligation") como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. A Companhia reconhece a provisão com base em sua melhor estimativa para processos tributários, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões judiciais recentes e

sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a opinião dos assessores jurídicos externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.13. Passivos de Arrendamento:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato transmitir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de uma contraprestação. Para avaliar se um contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no IFRS 16 (CPC 06). Esta política é aplicada aos contratos firmados em ou após 1º de janeiro de 2019. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e que não são de arrendamento como um único componente de arrendamento. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, que compreende o valor inicial do passivo de arrendamento mercantil ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados antes ou antes da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa dos custos para desmontar e remover ativo subjacente ou para restaurar o ativo subjacente ou o site em que está localizado, menos quaisquer incentivos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente para a Companhia até o final do prazo do arrendamento ou do custo do ativo de direito de uso reflete que a Companhia exercerá uma opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinado na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento mercantil é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos que não são pagos na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental de empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e faz alguns ajustes para refletir os termos do arrendamento e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em substância; • Montantes que se espera pagar sob uma garantia de valor residual; e • Preço de exercício em uma opção de compra razoavelmente certa para a Companhia exercer, pagamentos de arrendamento em um período opcional de renovação se a Companhia tiver razoavelmente certa de exercer uma opção de extensão e multas por rescisão antecipada de um arrendamento, a menos que a Companhia esteja razoavelmente certa de que não para terminar mais cedo. O passivo de arrendamento mercantil é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma mudança no fluxo de pagamentos futuros de arrendamento mercantil decorrentes de uma mudança em um índice ou taxa, se houver uma alteração na estimativa da Companhia do valor que se espera pagar sob uma garantia de valor residual, se a Companhia mudar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento revisado de arrendamento fixo em substância. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e o registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido para zero. 2.13.1. Arrendamentos de curto prazo e baixo valor: A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento mercantil para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **2.14. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.15. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, os quais são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes utilizadas para apurar o lucro tributável, incluindo o saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. A recuperação do saldo dos ativos fiscais diferidos é revisada a cada período de relatório e quando não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo ou parte do ativo. A avaliação da administração está amparada em estudos técnicos de viabilidade, que evidenciam as projeções de lucros tributáveis futuros. Além disso, a estimativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos envolvem as incertezas das demais estimativas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido. **2.16. Capital Social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.17. Pagamento Baseado em Ações:** A Companhia concede aos seus principais executivos e gerentes pagamento baseado em ações. A Companhia mede o custo das transações liquidadas com ações para seus funcionários com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da concessão. A estimativa do valor justo dos pagamentos baseados em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais apropriado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso também requer a determinação dos dados mais apropriados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, eventos futuros, volatilidade e rendimento de dividendos e premissas correspondentes. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações estão divulgados na Nota 24. As despesas com essas transações são reconhecidas no resultado (despesas gerais e administrativas) durante o período em que o direito é adquirido contra a reserva para pagamentos baseados em ações, no patrimônio líquido. **2.18. Reconhecimento da Receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: a) Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. a.1) Contrato de venda de produtos ao consumidor final: A Companhia identificou a entrega do produto ao cliente final como a única obrigação de desempenho. a.2) Venda de mercadorias a franqueados: A Companhia identificou a entrega dos produtos como a única obrigação de desempenho. b) Prestação de serviços: A receita de prestação de serviços de gerenciamento e assessoria a franqueados somente é reconhecida quando ocorre a efetiva prestação dos serviços e quando os benefícios forem transferidos aos franqueados, mediante aplicação de percentuais sobre as vendas mensais. A Companhia presta serviços aos franqueados como: • Concessão do direito de uso da marca; • Realização de publicidade para os franqueados; • Processos administrativos aos franqueados. A receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é cumprida, ou seja, no momento da aceitação do contrato ou transferência dos ativos. **2.19. Receita Financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.20. Receita de Subvenções Governamentais:** Uma subvenção governamental é reconhecida apenas quando existe razoável segurança de que (i) a Companhia irá cumprir todas as condições associadas a subvenção e (ii) a subvenção será recebida. A

continua →



# GRUPO MADERO

MADERO

JERONIMO BURGER

ECOPARADA MADERO

MADERO CAFÉ

EMPÓRIO MADERO

\* continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

subvenção é reconhecida como receita ao longo do período necessário para fazer face aos respectivos custos que se destina a compensar. As subvenções não monetárias como terrenos ou outros recursos, são contabilizados pelo valor justo (com contrapartida na receita diferida), com a receita subsequentemente reconhecida em outras receitas (despesas), líquidas, na demonstração do resultado consolidada em proporção da depreciação do ativo não monetário, se houver. **2.21. Uso de Julgamentos e Estimativas:** Na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas, a administração fez julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. 2.21.1. Classificação de custos dos produtos e mercadorias vendidos e despesas com restaurantes e com vendas: A Companhia reconhece como custo dos produtos e mercadorias vendidas todos os custos relacionados à elaboração, manuseio e transporte dos produtos até os restaurantes e pontos de vendas, incluindo os custos com a unidade de produção "Cozinha Central". As despesas relacionadas ao atendimento de clientes, entrega (delivery) e demais custos dos restaurantes são reconhecidos em despesas com restaurantes e com vendas. 2.21.2. Julgamentos e estimativas relevantes: As informações sobre premissas e incertezas das estimativas em 31 de dezembro de 2025, que apresentam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas: • Nota 2.15 - Prazo do arrendamento - se a Companhia tem razoável certeza de exercer as opções de extensão. • Notas 13 e 14 - valor recuperável de imobilizado e intangível e direito de uso - principais premissas sobre resultados futuros e a recuperabilidade desses ativos; • Nota 21 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de uma saída de recursos; • Nota 24 - plano de pagamentos com base em ações; principais premissas sobre o reconhecimento e mensuração da provisão (e despesas de compensação) com base na obrigação contratual de estimativa de rescisão de pagamentos aos acionistas; 2.21.3. Mensuração de valores justos: Algumas das políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, são usadas para mensurar os valores justos, a Companhia avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos das normas, incluindo o nível na hierarquia de valor justo em que as avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, na medida do possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis por hierarquia de valor justo com base nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: informações além dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); • Nível 3: dados para o ativo ou passivo que não são baseados em dados de mercado observáveis (dados não observáveis). Se as entradas usadas para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em níveis diferentes da hierarquia de valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição. A Companhia reconhece as transferências entre os níveis da hierarquia de valor justo no final do período de relatório durante o qual a mudança ocorreu. Mais informações sobre as premissas feitas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas notas a seguir: • Nota 24 - Remuneração baseada em ações; • Nota 30 - Gestão de riscos e instrumentos financeiros.

explicativa nº 24. (h) Refere-se aos pagamentos de salários, pró-labore e bônus de administradores e empregados classificados como partes relacionadas. (i) Refere-se a desembolso de despesas de compartilhamento para o uso da aeronave de propriedade da empresa **Tazza Administradora de Bens Ltda.**, controlada pela **Vino Participações Ltda.** - que é controlada pelo controlador do Madero, bem como do helicóptero que é de propriedade do acionista controlador. (j) Benefícios diversos a administradores tais como: assistência médica, locomoção, seguro de vida e cartão corporativo de utilização exclusiva em restaurantes da Companhia. **7. Remuneração da Administração-Chave:** A Administração é composta por diretores, membros do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria. A remuneração provisionada e/ou paga aos administradores-chave por seus serviços no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$17.738 (R\$29.007 em 31 de dezembro de 2024).

### 8. Estoques:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Produtos acabados	58.305	59.658	58.305	59.658
Produtos de revenda	5.017	8.453	5.017	8.453
Matérias-primas	17.650	18.256	17.650	18.256
Produtos em processo	7.523	9.316	7.523	9.316
Importação em andamento	3.252	8.528	3.252	8.528
Provisão para perdas	(1.547)	(3.063)	(1.547)	(3.063)
	<u>90.200</u>	<u>101.148</u>	<u>90.200</u>	<u>101.148</u>

A Administração constituiu provisão para perdas nos estoques de produtos acabados no montante de R\$1.547 em 31 de dezembro de 2025 (R\$3.063 em 31 de dezembro de 2024), referente aos produtos com baixa expectativa de realização. Movimentação da provisão para perdas de estoques:

	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Provisão para perdas de estoques	(3.063)	-	1.516	(1.547)
Total	(3.063)	-	1.516	(1.547)

### 9. Impostos a Recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS (a)	20.971	25.825	20.971	25.825
PIS e COFINS	28	-	28	-
IRRF a recuperar	12.590	7.888	12.591	7.888
INSS a recuperar	171	8.230	171	8.230
Outros	502	420	522	420
	<u>34.262</u>	<u>42.363</u>	<u>34.283</u>	<u>42.363</u>
Ativo circulante	14.604	19.768	14.625	19.768
Ativo não circulante	19.658	22.595	19.658	22.595
Total	<u>34.262</u>	<u>42.363</u>	<u>34.283</u>	<u>42.363</u>

(a) ICMS a recuperar da Indústria e ao Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente - CIAP. A Companhia tem plano estruturado para a utilização dos créditos acumulados nos próximos três anos.

### 10. Outros Ativos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento fornecedores e funcionários	2.228	7.737	2.228	7.737
Prêmios de seguros	498	1.458	498	1.458
Licenças a apropriar	2.003	2.048	2.003	2.048
Fornecedores "up front"	1.565	2.286	1.565	2.286
Depósitos judiciais	78	238	78	238
Outros	1.528	402	1.541	402
	<u>7.900</u>	<u>14.169</u>	<u>7.913</u>	<u>14.169</u>
Circulante	7.734	13.843	7.747	13.843
Não circulante	166	326	166	326
Total	<u>7.900</u>	<u>14.169</u>	<u>7.913</u>	<u>14.169</u>

### 11. Investimentos:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Patrimônio líquido	Valor do investimento	Patrimônio líquido	Valor do investimento
Controladora				
Mila Adm. de Imóveis	3.255	3.252	3.153	3.150
Grupo Madero PY E.A.S.	781	781	-	-
Total da participação no patrimônio líquido	<u>4.036</u>	<u>4.033</u>	<u>3.153</u>	<u>3.150</u>
	<u>Saldo em 31/12/2023</u>	<u>patrimonial</u>	<u>Saldo em 31/12/2024</u>	
Mila Adm. de Imóveis	3.049	101	3.150	
Total de investimento em controladas	<u>3.049</u>	<u>101</u>	<u>3.150</u>	
	<u>Saldo em 31/12/2024</u>	<u>Aporte de capital</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Saldo em 31/12/2025</u>
Mila Adm. de Imóveis	3.150	-	102	3.252
Grupo Madero PY E.A.S.	-	815	(34)	781
Total de investimento em controladas	<u>3.150</u>	<u>815</u>	<u>68</u>	<u>4.033</u>

O percentual de participação da Companhia na controlada Mila Adm. de Imóveis é de 99,90%, o resultado no exercício de 31 de dezembro de 2025 foi de R\$102 (R\$101 em 31 de dezembro de 2024). Com relação a controlada Grupo Madero Paraguay E.A.S., a qual teve início de suas atividades durante o último trimestre de 2025, recebeu um aporte de capital por parte da Companhia de R\$815 para 100% de participação societária, e o resultado no exercício de 31 de dezembro de 2025 foi um prejuízo de R\$34. **12. Ativos de Direito de Uso (Controladora e Consolidado):** A Companhia aluga imóveis diversos e que possuem diferentes períodos de utilização. Para escritórios e restaurantes o período médio é de 120 meses (10 anos). Já para as acomodações de funcionários, o período médio é de 30 meses (2,5 anos). Os contratos de arrendamentos preveem reajustes anuais baseados em índices do mercado (IGPM, IPCA, INPC e IGP-DI). A movimentação dos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 31/12/2024	664.572	-
(+) Adições	39.502	-
(+) Remensuração	79.652	-
(-) Depreciação	(86.484)	-
(-) Baixas	(40.731)	-
Saldo em 31/12/2025	<u>656.511</u>	-
	<u>Controladora e consolidado</u>	
Saldo em 31/12/2024	798.402	-
(+) Adições	39.502	-
(+) Remensuração	79.652	-
(+) Encargos financeiros	89.140	-
(-) Amortização de juros	(89.140)	-
(-) Amortização de principal	(44.434)	-
(-) Baixas	(44.924)	-
Saldo em 31/12/2025	<u>828.198</u>	-
Passivo circulante	49.397	-
Passivo não circulante	778.801	-
Total	<u>828.198</u>	-

As movimentações do imobilizado para os doze meses findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2024				31/12/2025			
	(Saldo inicial)	Aquisições	Baixas	Transferências impostos a recuperar	Depreciação	Transferências	(Saldo final)	
Controladora								
Terrenos	39.846	-	-	-	-	-	39.846	
Edificações	242.339	11.663	(28)	(164)	(4.290)	24.149	273.669	
Máquinas e equipamentos	223.670	3.781	(1.961)	(282)	(30.464)	50.605	245.349	
Informática	33.823	384	(677)	-	(17.797)	11.938	27.671	
Móveis e utensílios	55.797	931	(646)	(93)	(7.656)	11.574	59.907	
Veículos (a)	28.310	1.284	(627)	(544)	(9.064)	10.747	30.106	
Instalações em imóveis de terceiros	644.458	4.552	(12.139)	(3.929)	(47.153)	107.474	693.264	
Imobilizado em andamento	46.221	217.681	(508)	(3.819)	-	(216.689)	42.886	
Total	<u>1.314.465</u>	<u>240.276</u>	<u>(16.586)</u>	<u>(8.831)</u>	<u>(116.424)</u>	<u>(202)</u>	<u>1.412.698</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>(Saldo inicial)</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências impostos a recuperar</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Transferências</u>	<u>(Saldo final)</u>
Consolidado								
Terrenos	42.625	-	-	-	-	(272)	42.353	
Edificações	242.339	11.663	(28)	(164)	(4.290)	24.759	274.279	
Máquinas e equipamentos	223.670	3.783	(1.961)	(282)	(30.464)	50.266	245.012	
Informática	33.823	384	(677)	-	(17.797)	11.938	27.671	
Móveis e utensílios	55.798	931	(646)	(93)	(7.656)	11.574	59.908	
Veículos (a)	28.310	1.284	(627)	(544)	(9.064)	10.747	30.106	
Instalações em imóveis de terceiros	644.458	4.552	(12.139)	(3.929)	(47.153)	107.474	693.263	
Imobilizado em andamento	46.221	218.412	(508)	(3.819)	-	(216.689)	43.617	
Total	<u>1.317.244</u>	<u>241.009</u>	<u>(16.586)</u>	<u>(8.831)</u>	<u>(116.424)</u>	<u>(203)</u>	<u>1.416.209</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>(Saldo inicial)</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências impostos a recuperar</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Transferências</u>	<u>(Saldo final)</u>
Controladora								
Terrenos	39.846	-	-	-	-	-	39.846	
Edificações	241.746	3.539	(62)	(49)	(4.147)	1.312	242.339	
Máquinas e equipamentos	229.437	3.503	(321)	167	(28.270)	19.154	223.670	
Informática	46.019	97	(136)	10	(17.311)	5.144	33.823	
Móveis e utensílios	56.115	1.286	(1)	(20)	(7.027)	5.444	55.797	
Veículos	34.271	1.022	(265)	(310)	(8.834)	2.426	28.310	
Instalações em imóveis de terceiros	652.789	12.291	(8.616)	(1.314)	(46.317)	35.626	644.459	
Imobilizado em andamento	26.999	88.801	(615)	165	-	(69.129)	46.221	
Total	<u>1.327.222</u>	<u>110.539</u>	<u>(10.016)</u>	<u>(1.351)</u>	<u>(111.906)</u>	<u>(23)</u>	<u>1.314.465</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>(Saldo inicial)</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências impostos a recuperar</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Transferências</u>	<u>(Saldo final)</u>
Consolidado								
Terrenos	42.897	-	-	-	-	(272)	42.625	
Edificações	241.135	3.539	(62)	(49)	(4.147)	1.923	242.339	
Máquinas e equipamentos	229.776	3.503	(321)	167	(28.270)	18.815	223.670	
Informática	46.019	97	(136)	10	(17.311)	5.144	33.823	
Móveis e utensílios	56.116	1.286	(1)	(20)	(7.027)	5.444	55.798	
Veículos	34.271	1.022	(265)	(310)	(8.834)	2.426	28.310	
Instalações em imóveis de terceiros	652.788	12.291	(8.616)	(1.314)	(46.317)	35.626	644.458	
Imobilizado em andamento	26.999	88.801	(615)	165	-	(69.129)	46.221	
Total	<u>1.330.001</u>	<u>110.539</u>	<u>(10.016)</u>	<u>(1.351)</u>	<u>(111.906)</u>	<u>(23)</u>	<u>1.317.244</u>	

	Controladora e consolidado	
	31/12/2023	31/12/2024
Saldo em 31/12/2023	588.217	-
(+) Adições	81.141	-
(+) Remensuração	78.546	-
(-) Depreciação	(79.711)	-
(-) Baixas	(3.621)	-
Saldo em 31/12/2024	<u>664.572</u>	-
	<u>Controladora e consolidado</u>	
Saldo em 31/12/2023	698.635	-
(+) Adições	81.141	-
(+) Remensuração	78.546	-
(+) Encargos financeiros	63.648	-
(-) Amortização de juros	(63.648)	-
(-) Amortização de principal	(56.298)	-
(-) Baixas	(3.622)	-
Saldo em 31/12/2024	<u>798.402</u>	-
Passivo circulante	110.658	-
Passivo não circulante	687.744	-
Total	<u>798.402</u>	-

Os montantes de passivos de arrendamento estão atrelados aos seguintes índices de reajustes anuais em:

	31/12/2025	31/12/2024
Índice de reajuste	495.250	515.746
IGP-M	261.607	214.458
IGP-DI	29.451	35.307
INPC	41.890	32.891
IPCA	828.198	798.402
Total	<u>828.198</u>	<u>798.402</u>

### Impactos no resultado do exercício:

	31/12/2025	31/12/2024
Controladora e consolidado		
Amortização de ativos de		



GRUPO MADERO

MADERO

MADERO CAFE

JERONIMO BURGER

EMPÓRIO MADERO



\* continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

**14. Intangível (Controladora e Consolidado):** O movimento dos intangíveis para o exercício de 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é demonstrado abaixo:

				31/12/2025	31/12/2024		
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido	Líquido		
Fundo de comércio (a)	7.202	(7.202)	—	—	2		
Software e sistemas (b)	58.845	(41.963)	16.882	20.307	20.307		
Ágio na aquisição de franquias	17.147	—	17.147	17.147	17.147		
Total	83.194	(49.165)	34.029	37.456	37.456		
	Taxa (%)	31/12/2024	Baixas	Adições	Transfe-rências	Amor-tização	31/12/2025
Fundo de comércio (a)	10	2	—	—	—	(2)	—
Software e sistemas (b)	20	20,307	(83)	6.851	202	(10.395)	16.882
Ágio na aquisição de franquias	—	17.147	—	—	—	—	17.147
Total	—	37.456	(83)	6.851	202	(10.397)	34.029
	Taxa (%)	31/12/2023	Adições	Transfe-rências	Amor-tização	31/12/2024	
Fundo de comércio (a)	10	724	—	—	(722)	2	
Software e sistemas (b)	20	29.060	162	23	(8.938)	20.307	
Valor justo contratos de franquia (c)	—	1.486	—	—	(1.486)	—	
Ágio na aquisição de franquias	—	17.147	—	—	—	17.147	
Total	—	48.417	162	23	(11.146)	37.456	

(a) Direito de usar a localização comercial de restaurantes. (b) Licenças de software. (c) Refere-se a direitos readquiridos relativos a aquisições de restaurantes franqueados, totalmente amortizados em 31/12/2025. **15. "Impairment":** A Companhia realiza o teste de "Impairment" anualmente no quarto trimestre. Entretanto, caso avalie a necessidade antes deste período, realizará quando necessário. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou o teste de redução ao valor recuperável de seu intangível - ágio das unidades geradoras de caixa (UGC's), que são identificadas no nível do segmento operacional, ao qual o ágio e os ativos de vida longa são alocados. No teste realizado, não

foram identificadas perdas de recuperabilidade do ágio registrado pela Companhia. O ágio constituído está relacionado ao segmento Madero e o valor recuperável está determinado com base no valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro aprovado pela Administração. i) Principais premissas do teste de redução ao valor recuperável: A Administração determinou a margem bruta com base em suas expectativas de desenvolvimento do mercado, projeções e condições para cada UGC. A Companhia administra as UGC's e acompanha o desempenho com base em três unidades: Madero, Jerônimo e Outros. A taxa de crescimento da receita é baseada nas expectativas da Administração de desenvolvimento do mercado. À taxa de crescimento de longo prazo não excede a taxa de crescimento média de longo prazo para o setor de alimentos no qual as UGC's operam e é composta principalmente pela inflação esperada. O estudo contemplou o prazo de dez anos, sendo cinco primeiros anos com projeção detalhada e os demais cinco anos estabilizados e considerou a vida útil dos ativos avaliados. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios da indústria e no plano estratégico de negócios da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração e é baseado em uma inflação de custos de 4% a.a. para Madero, Jerônimo e Outros. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa média ponderada do custo de capital (WACC) de 14,19% a.a. ii) A Companhia também realizou análises de sensibilidade para premissas importantes de cada UGC e não observou indicadores para reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. **16. Fornecedores:** As contas a pagar a fornecedores referem-se à aquisição de materiais para a fabricação de produtos, aquisição de bens para revenda, compra de imobilização para novos restaurantes e contas a pagar a prestadores de serviços.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	56.658	66.249	56.683	66.249
Partes relacionadas (Nota nº 6)	518	104	518	104
Total	57.176	66.353	57.201	66.353

**17. Empréstimos e Financiamentos (Controladora e Consolidado):** A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 está demonstrada a seguir:

	Taxa média anual %	31/12/2024	Captações	Custo de transação	Apropriação dos custos de transação	(-) Amortização de principal	(-) Amortização de juros	Juros apropriados	31/12/2025
NC's (e)	CDI + 2,7	—	70.000	(775)	109	—	(5.705)	9.715	73.344
Debênture (c)	CDI + 2,7	—	130.000	(1.439)	202	—	(10.406)	18.323	136.680
NC's	CDI + 2,75	501.888	—	—	2.975	—	(80.575)	83.624	507.912
8º Deb Vortex (b)	CDI + 2,25	—	150.000	(1.111)	21	—	—	2.320	151.230
CRA 1ª Série	IPCA + 9,17	151.558	—	—	11.996	(167.280)	(14.299)	18.025	—
CRA 2ª Série	CDI + 3,5	176.884	—	—	5.537	(114.569)	(24.691)	24.119	67.280
CRA BTG 1ª Série	CDI + 4,25%	96.898	—	—	1.189	(5.883)	(17.265)	17.698	92.637
CRA BTG 2ª Série (a)	13,5% ou CDI + 2,75% (Swap)	48.250	—	—	595	(2.941)	(6.407)	6.367	45.864
Total	—	975.478	350.000	(3.325)	22.624	(290.673)	(159.348)	180.191	1.074.947
Passivo circulante	—	149.293	—	—	—	—	—	—	253.183
Passivo não circulante	—	826.185	—	—	—	—	—	—	821.764

	Taxa média anual %	31/12/2023	Captações	Custo de captação	Custos de transação	(-) Amortização de principal	(-) Amortização de juros	Juros apropriados	31/12/2024
Capital de giro, CCB e CDCA e Debênture 4ª emissão (reperilamento 2023)	CDI + 6,5	422.150	—	—	7.129	(428.205)	(40.776)	39.702	—
NC's (d)	CDI + 3,85	—	500.000	(14.891)	1.378	—	(17.464)	32.865	501.888
CRA 1ª Série	IPCA + 9,17	188.194	—	—	3.792	(48.896)	(16.524)	24.992	151.558
CRA 2ª Série	CDI + 3,5	255.072	—	—	5.559	(83.350)	(32.218)	31.821	176.884
CRA BTG 1ª Série	CDI + 4,25%	95.694	—	—	1.194	—	(14.770)	14.780	96.898
CRA BTG 2ª Série (a)	13,5% ou CDI + 2,75% (Swap)	47.603	—	—	596	—	(6.407)	6.458	48.250
Total	—	1.008.713	500.000	(14.891)	19.648	(560.451)	(128.159)	150.618	975.478
Passivo circulante	—	165.646	—	—	—	—	—	—	149.293
Passivo não circulante	—	843.067	—	—	—	—	—	—	826.185

**Maturidade dos contratos:**  
Vencimento das prestações  
Menos de 1 ano 263.976  
Entre 1 ano e 2 anos 228.186  
Entre 2 e 3 anos 263.072  
Entre 3 e 4 anos 229.555  
Entre 4 e 5 anos 94.445  
Acima de 5 anos 22.513  
Valores não descontados 1.101.747  
"Fees" (26.800)  
Saldo em 31 de dezembro de 2025 1.074.947

a) Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) BTG 2ª Série: A Companhia contratou SWAP com vencimento em 25 de outubro de 2029 no valor nominal de R\$50.000 conforme nota 30.3. O saldo passivo circulante em 31 de dezembro de 2025 é de R\$340 (R\$69 em 31 de dezembro de 2024). b) Oitava emissão de Debêntures: Em novembro de 2025, a Companhia realizou nova captação de debênture no montante de R\$150 milhões. Essa operação conta com remuneração atrelada ao CDI acrescido de 2,25% ao ano, com prazo de 5 anos e 36 meses de carência de amortizações. c) Sétima emissão de Debêntures e Quarta emissão de Notas Comerciais: Em fevereiro de 2025, a Companhia realizou duas novas captações, totalizando R\$200 milhões: uma Nota Comercial (NC) de R\$70 milhões e uma debênture de R\$130 milhões. Ambas as operações contam com remuneração atrelada ao CDI acrescido de 2,70% ao ano, com prazo de 6 anos e 18 meses de carência de amortizações. d) Terceira emissão de Notas Comerciais: Em julho de 2024 a Companhia emitiu Notas Comerciais escriturais no montante de R\$500 milhões, com os objetivos de reduzir o custo e alongar o prazo médio da dívida, bem como pré-pagar as dívidas bancárias existentes e reforçar o caixa. A emissão foi feita em série única, com prazo de cinco anos e 18 meses de carência de amortização de principal. Os pagamentos de juros são trimestrais remunerados a 100% do CDI acrescido de taxa spread definida com base no índice de endividamento do último exercício fiscal, conforme quociente da Dívida Líquida pelo EBITDA dos últimos 12 meses: • Igual ou superior a 2,0x: spread de 3,85%; • Igual ou superior a 1,5x e inferior a 2,0x: spread de 3,35%; • Inferior a 1,5x: spread de 2,75%. Nesta emissão, a Companhia assumiu "covenants" financeiros detalhados na nota explicativa 17.1. **Garantias:** a) R\$141.441 com recebíveis (R\$111.266 em 31 de dezembro de 2024). Os referidos montantes devem transitar em conta vinculada, de movimentação exclusiva do agente fiduciante, entre o primeiro e o último dia de cada mês. b) R\$23.049 em contas reservas com investimento obrigatório (R\$34.902 em 31 de dezembro de 2024), sendo: i. R\$23.049 dos investimentos relativos à cláusula de garantia estabelecida em instrumento de cessão fiduciária relativo ao instrumento particular de escritura do CRA, equivalentes ao necessário para a quitação das prestações subsequentes. Com início de constituição a partir da data da integralização e limite máximo de 10% (dez por cento) do valor total da emissão, até o fim das obrigações. Durante os 6 primeiros meses, a contar da data da integralização deverão ser aplicados recursos equivalentes a 1/6 do valor da reserva. ii. Não há garantias com equipamentos no período. **17.2. "Covenants":** A Companhia possui cláusulas restritivas sobre empréstimos e financiamentos, que se não cumpridas podem exigir vencimento antecipado ou refinanciamento de dívidas. a) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da dívida líquida (dívida bruta reduzida pelo montante de caixa e equivalentes) da Companhia pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior 2,5x vezes do EBITDA dos últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia cumpriu ambas as cláusulas de "covenants" conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Dívida Bruta		Dívida Líquida		Cumpriu o "covenant"?
	EBITDA	EBITDA	EBITDA	EBITDA	
Cláusula A	1.080.654	749.065	586.387	1.277,43	Sim

(i) Como EBITDA definido nas cláusulas de "covenants" é considerado o Lucro Operacional acrescido das Depreciações e Amortizações e as Perdas ou Ganhos com alienação de Ativo Imobilizado. Adicionalmente, os seguintes "covenants" serão apurados anualmente, no fim do exercício: (a) Patrimônio Líquido mínimo de R\$150 milhões. (b) Índice de Cobertura EBITDA anualizado/despesas financeiras superior a 2,0x, sendo que para este fim despesas financeiras significa exclusivamente a diferença entre juros remuneratórios de dívidas financeiras e receitas financeiras, nos últimos doze meses, conforme definido no Termo de emissão das NC e escrituras das debêntures. Para esses "covenants", a Companhia realizou a apuração no final do período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2025, e todos os índices foram atingidos, sendo o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 de R\$218.512 e o índice de cobertura de juros de 4,4x. Em complemento aos "covenants" acima, os contratos de dívida da Companhia incluem obrigações usuais, tais como a necessidade de obtenção prévia de "waiver" para reorganizações societárias que envolvam alteração de controle, proibição de descumprimento da legislação anticorrupção e socioambiental, e obrigação de manutenção de licenças de operação.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários	25.928	25.596	26.096	25.596
Participação de empregados	27.302	39.485	27.302	39.485
Encargos trabalhistas	16.786	15.945	16.834	15.945
Provisão para férias e 13º salário	58.501	55.025	58.514	55.025
Parcelamentos previdenciários (a)	89.040	104.193	89.040	104.193
Outros	2.378	889	2.378	889
Total	219.935	241.133	220.164	241.133
Passivo circulante	158.263	161.171	158.492	161.171
Passivo não circulante	61.672	79.962	61.672	79.962
Total	219.935	241.133	220.164	241.133

(a) Em 2018 a Companhia optou por aderir ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) para quitar débitos previdenciários, no valor total de R\$26.816, a serem pagos em 145 parcelas mensais com último vencimento em dezembro de 2030, com saldo remanescente em 31 de dezembro de 2025 de R\$13.445 (R\$15.438 em 31 de dezembro de 2024). Em 2023 a Companhia realizou parcelamentos de débitos previdenciários que serão pagos em 60 parcelas mensais com último vencimento em julho de 2028, em 31 de dezembro de 2025 o saldo é de R\$25.129 (R\$32.815 em 31 de dezembro de 2024). Ambos os parcelamentos utilizam taxa de juros baseada na SELIC (taxa básica do Banco Central do Brasil). Em 2024 a Companhia optou pela adesão de parcelamentos de débitos previdenciários que serão pagos em 60 parcelas mensais com o último vencimento em novembro de 2029, em 31 de dezembro de 2025 o saldo é de R\$50.466 (R\$55.940 em 31 de dezembro de 2024).

	Custo de transação	(-) Amortização de principal	(-) Amortização de juros	Juros apropriados	31/12/2025
NC's (e)	70.000	—	—	9.715	73.344
Debênture (c)	130.000	—	—	18.323	136.680
NC's	501.888	—	—	83.624	507.912
8º Deb Vortex (b)	150.000	—	—	2.320	151.230
CRA 1ª Série	151.558	(167.280)	(14.299)	18.025	—
CRA 2ª Série	176.884	(114.569)	(24.691)	24.119	67.280
CRA BTG 1ª Série	96.898	(5.883)	(17.265)	17.698	92.637
CRA BTG 2ª Série (a)	48.250	(2.941)	(6.407)	6.367	45.864
Total	975.478	(290.673)	(159.348)	180.191	1.074.947
Passivo circulante	149.293	—	—	—	253.183
Passivo não circulante	826.185	—	—	—	821.764

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Impostos federais a recolher (a)	44.606	6.984	44.608	6.986
Impostos estaduais a recolher (b)	9.682	8.321	9.682	8.321
Impostos municipais a recolher	101	81	101	81
Parcelamentos fiscais (c)	131.745	162.553	131.745	162.553
Total	186.134	177.939	186.136	177.941
Passivo circulante	83.121	59.296	83.123	59.298
Passivo não circulante	103.013	118.643	103.013	118.643
Total	186.134	177.939	186.136	177.941

(a) Refere-se ao Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição Social sobre a Receita (COFINS). A Companhia obteve habilitação ao benefício do PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos, conforme disposto na Lei 14.859/2024 permitindo redução a 0% (zero por cento) nas alíquotas do Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição Social sobre a Receita (COFINS) e do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Este benefício pode ser utilizado no PIS e COFINS de maio de 2024 a dezembro de 2026, e no IRPJ e CSLL de maio de 2024 até dezembro de 2024, ou até atingir o valor máximo de R\$15 bilhões de benefício considerando todas as empresas beneficiadas. Conforme Ato Declaratório Executivo da Receita Federal do Brasil nº 2 de 21 de março de 2025 o limite para uso do benefício foi atingido e como consequência extinto a partir de abril de 2025. O efeito no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$27.513 (R\$80.953 em dezembro de 2024). (b) Refere-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). (c) Em 2018 a Companhia optou pela adesão ao PERT para quitar dívidas de tributos, Contribuições Federais e Tributos Municipais, no valor total de R\$34.783, a serem pagos em 145 parcelas mensais até dezembro de 2030, em 31 de dezembro de 2025 o saldo remanescente é de R\$19.891 (R\$22.980 em 31 de dezembro de 2024). Nos meses de março de 2023, a Companhia optou pelo parcelamento de débitos tributários (PIS, COFINS e IRRF) que somam R\$81.509, a serem pagos em 60 parcelas mensais com último vencimento em janeiro de 2028. O montante restante em 31 de dezembro de 2025 é de R\$62.902 (R\$85.305 em 31 de dezembro de 2024). Em 2024 a Companhia optou pela adesão de parcelamentos de débitos tributários que serão pagos em 60 parcelas mensais com o último vencimento em novembro de 2029, em 31 de dezembro de 2025 o saldo é de R\$48.952 (R\$54.268 em 31 de dezembro de 2024).

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita de "allowance" (a)	40.598	8.231
Receita de "up front" (b)	29.246	4.125
Subvenção governamental (c)	36.052	36.162
Total	106.076	48.518
Passivo circulante	21.206	4.536
Passivo não circulante	84.870	43.982
Total	106.076	48.518

(a) Referente bônus recebido pela Companhia pela abertura de restaurante em determina local ou empreendimento. Essa receita diferida é reconhecida ao longo da vigência inicial do contrato, sendo em média 5 anos. (b) Taxa de exclusividade que alguns fornecedores pagam ao Grupo para vender preferencialmente determinados produtos nos restaurantes. Essa receita é diferida e reconhecida ao longo do prazo do contrato, sendo em média 4 anos. (c) São subvenções governamentais para aquisição de terrenos, mediante cumprimento de obrigações de investimentos exigidos. No primeiro trimestre de 2021, a Companhia recebeu do Município de Ponta Grossa mais um terreno a título de subvenção governamental para seguir com a ampliação da sua planta fabril. São registradas como receitas ao longo da vida útil do bem construído (planta fabril - depreciação em 59 anos). **21. Provisões para Riscos:** Com base na avaliação de riscos prováveis referente a temas cíveis, tributários e trabalhistas, a Companhia constituiu provisão, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2025
Tributário (a)	946	1.016
Trabalhistas (b)	37.041	44.542
Cível	226	731
Total	38.213	46.289

(a) São contingências provisionadas referentes a tributos federais. (b) A Companhia e suas controladas são partes em processos trabalhistas de natureza judicial, principalmente referentes a desligamentos no curso natural de suas operações. (c) São pagamentos realizados para liquidação de acordos e cumprimento de execuções de processos trabalhistas. A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, estima contingências com risco de perda classificadas como possíveis da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Tributário (a)	725	913
Trabalhistas (b)	46.210	26.297
Cíveis	4.002	4.286
Total	50.937	31.496

(a) Relativo a impostos sobre circulação de mercadorias e serviços. (b) A Companhia e suas controladas são partes em processos trabalhistas, principalmente referentes a desligamentos no curso natural de suas operações e com base nas informações de seus assessores jurídicos estima o montante total de causas com



# GRUPO MADERO

MADERO

JERONIMO BURGER

ECOPARADA MADERO

MADERO CAFE

EMPÓRIO MADERO

→ continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

consumação de um IPO. As despesas de compensação para todos os planos serão reconhecidas em uma base gradativa de aquisição sobre o cronograma de aquisição dependente do IPO, incluindo um ajuste único na data em que o IPO for determinado como provável. Para o Plano 1, a Companhia registrou uma provisão (e despesa de compensação) com base na obrigação contratual para os pagamentos estimados de rescisão na data do balanço, que é de aproximadamente R\$12.866 em 31 de dezembro de 2025 (R\$12.822 em 31 de dezembro de 2024). A mudança no número de opções de ações em circulação e seus preços de exercício médios ponderados relacionados são as seguintes (em Reais um):

	Plano 1		Plano 2		Plano 3		Plano 4	
	Preço médio de exercício em R\$ por ação	Opções	Preço médio de exercício em R\$ por ação	Opções	Preço médio de exercício em R\$ por ação	Opções	Preço médio de exercício em R\$ por ação	Opções
Em 31 de dezembro de 2022	R\$ 0,10	3.744.200	R\$ 0,10	932.329	R\$ 9,84	1.611.350	-	-
Canceladas	-	(748.840)	-	(269.581)	-	(466.000)	-	(90.000)
Outorgadas	-	-	-	-	-	-	-	750.000
Em 31 de dezembro de 2023	R\$ 0,10	2.995.360	R\$ 0,10	662.748	R\$ 9,84	1.145.350	R\$ 10,25	660.000
Canceladas	-	(1.497.680)	-	(33.698)	-	(83.000)	-	(55.000)
Em 31 de dezembro de 2024	R\$ 0,10	1.497.680	R\$ 0,10	629.050	R\$ 9,84	1.062.350	R\$ 10,25	605.000
Canceladas	-	-	-	(52.421)	-	(176.874)	-	(275.000)
Outorgadas	-	-	-	-	-	-	-	300.000
Em 31 de dezembro de 2025	R\$ 0,10	1.497.680	R\$ 0,10	576.629	R\$ 9,84	885.476	R\$ 10,25	630.000

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo a apropriar referente ao custo das opções outorgadas é de R\$33 milhões. Se a realização de um IPO fosse considerada provável em 31 de dezembro de 2025, aproximadamente R\$12,9 milhões seriam reconhecidos como estorno de despesas referentes à indenização do plano 1, aproximadamente R\$6,9 milhões teriam sido reconhecidos como despesa de compensação imediatamente e aproximadamente R\$14,4 milhões, R\$7,2 milhões, R\$3,5 milhões e R\$0,9 milhão seriam reconhecidos em cada um dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2026, 2027, 2028 e 2029. Em 28 de março de 2023 a Administração da Companhia aprovou o Plano 04 de opções de compra, que serão outorgadas ao longo do período de vigência do Plano (2023-2028) e respeitando a quantidade de até 1.000.000 (um milhão) de opções disponíveis, 370 mil foram outorgadas e estão vigentes até 31 de dezembro de 2025. O Plano 04, segue os mesmos critérios dos planos anteriores. **25. Receita Operacional Líquida:** Abaixo está a reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita com venda de produtos	2.299.703	2.211.737	2.299.824	2.211.857
Receita de prestação de serviços	3.197	3.028	3.196	3.028
Receita operacional bruta	2.302.900	2.214.765	2.303.020	2.214.885
Impostos e contribuições	(216.925)	(122.828)	(216.930)	(122.833)
Devoluções e abatimentos	(43.990)	(46.436)	(43.989)	(46.436)
	2.041.985	2.045.501	2.042.101	2.045.616

**25.1. Receita de vendas:** Refere-se a vendas de mercadorias para franqueados e consumidores finais, onde essas vendas são reconhecidas na medida em que a Companhia cumpre a obrigação de performance. **25.2. Receita de serviços:** Refere-se ao recebimento de royalties, taxa administrativa e publicidade das franquias, sendo pagos de acordo com o percentual sob o volume de faturamento, conforme estabelecido em contrato. a) Royalties: 6% sobre o faturamento. b) Publicidade: 4% no faturamento. **25.3. Impostos e contribuições/devoluções e descontos:** Refere-se às deduções fiscais que incidem sobre as vendas e serviços prestados, bem como todas as devoluções e descontos incorridos no período. A Companhia obteve habilitação ao benefício do PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos, conforme disposto na lei 14.859/2024 permitindo redução a 0% (zero percento) nas alíquotas do Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição Social sobre a Receita (COFINS) e do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Este benefício pode ser utilizado no PIS e COFINS de maio de 2024 até dezembro de 2026, e no IRPJ e CSLL de maio de 2024 até dezembro de 2024, ou até atingir o valor máximo de R\$15 bilhões de benefício considerando todas as empresas beneficiadas - Conforme Ato Declaratório Executivo da Receita Federal do Brasil nº 2 de 21 de março de 2025 o limite para uso do benefício foi atingido e como consequência extinto a partir de abril de 2025. O efeito no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$27.513 (R\$80.953 em dezembro de 2024).

### 26. Custos e Despesas por Natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Matéria prima e produtos de revenda	(431.483)	(439.723)	(431.483)	(439.723)
Mão de obra	(74.163)	(62.430)	(74.163)	(62.430)
Utilidades e manutenção	(29.306)	(31.820)	(29.306)	(31.820)
Outros custos	(13.772)	(12.973)	(13.772)	(12.973)
Depreciação e amortização	(34.199)	(32.746)	(34.199)	(32.746)
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	(582.923)	(579.692)	(582.923)	(579.692)
Marketing	(16.307)	(13.733)	(16.307)	(13.733)
Mão de obra	(462.108)	(426.713)	(462.108)	(426.713)
Custos de delivery	(70.739)	(67.064)	(70.739)	(67.064)
Ocupação	(52.128)	(53.746)	(52.128)	(53.746)
Utilidades	(102.814)	(100.730)	(102.814)	(100.730)
Utensílios e materiais de limpeza	(25.356)	(27.044)	(25.356)	(27.044)
Outros gastos	(20.288)	(18.357)	(21.019)	(18.357)
Depreciação e amortização	(150.154)	(148.710)	(150.154)	(148.710)
Despesas com restaurantes e vendas	(899.894)	(856.097)	(900.625)	(856.097)
Gastos com pessoal	(110.881)	(135.814)	(110.881)	(135.814)
Ocupação, manutenção e utilidades	(20.692)	(20.122)	(20.692)	(20.122)
Gastos gerais e administrativos	(22.357)	(23.976)	(22.357)	(23.976)
Outros gastos	(7.504)	(4.192)	(7.518)	(4.206)
Depreciação e amortização	(28.952)	(21.306)	(28.952)	(21.306)
Despesas gerais e administrativas	(190.386)	(205.410)	(190.400)	(205.424)

### 27. Outros Resultados Operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outras despesas operacionais				
Custo alienação e baixa de ativo imobilizado	(16.668)	(10.016)	(16.668)	(10.016)
Custo de sobras de energia elétrica	(175)	(597)	(175)	(597)
Perdas baixa de ativos de direito de uso	(31.307)	-	(31.307)	-
Outros	(1.948)	(2.468)	(1.217)	(2.468)
	(50.098)	(13.081)	(49.367)	(13.081)

### Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita alienação de ativo imobilizado	1.896	1.334	1.896	1.334
Apropriação de receita diferida	10.080	3.676	10.080	3.676
Receita venda de energia elétrica	84	1.745	84	1.745
Ganhos na baixa de passivo de arrendamento	35.557	-	35.557	-
Outros	6.679	2.827	6.679	2.827
	54.296	9.582	54.296	9.582

### Outras receitas e despesas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	4.198	(3.499)	4.929	(3.499)

### 28. Resultado Financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos (+) capitalização de encargos financeiros	(180.191)	(150.618)	(180.191)	(150.618)
Líquido de juros sobre financiamentos	998	733	998	735
Custos de estruturação	(179.193)	(149.885)	(179.193)	(149.883)
Encargos e juros sobre impostos	(22.624)	(22.867)	(22.624)	(22.867)
Custo de antecipação de recebíveis	(30.473)	(40.577)	(30.473)	(40.577)
Encargos sobre passivos de arrendamento	(1.080)	(1.093)	(1.080)	(1.093)
Outras despesas	(89.140)	(63.648)	(89.140)	(63.648)
	(4.770)	(5.043)	(4.794)	(5.045)
	(327.280)	(283.113)	(327.304)	(283.113)

### Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Descontos e bonificações obtidas	266	59	266	59
Receita de aplicações financeiras	44.841	28.882	44.841	28.882
	45.107	28.941	45.107	28.941
Resultado financeiro líquido	(282.173)	(254.172)	(282.197)	(254.172)

**29. Imposto de Renda e Contribuição Social:** 29.1. Diferido: Abaixo demonstramos a composição dos impostos diferidos reconhecidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	212.905	212.905
Provisão para perdas em estoques	1.547	-
Provisão contingências trabalhistas	48.548	-
Provisões tributárias	20.744	-
Provisão indenização - Grupo 1 SOP	12.866	-
Provisão para bonificação	27.302	-
Outras provisões	10.142	-
Total de base para ativos fiscais diferidos	334.054	212.905
Total de ativos fiscais diferidos 34%	113.578	72.388
Passivo		
Diferença depreciação fiscal x contábil	(35.327)	-
Total de base para passivos fiscais diferidos	(35.327)	-
Total de passivo fiscais diferidos 34%	(12.011)	-
Total de base para créditos fiscais líquidos	298.727	212.905
Total dos tributos ativos líquidos reconhecidos	101.567	72.388

(i) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou o montante de R\$101.567, de tributos diferidos calculados sobre os montantes, demonstrados acima, pois atualmente há

expectativa de recuperabilidade de tal parcela, baseada nas projeções de lucros tributáveis para os anos futuros.

	Controladora e Consolidado			
	Utilização de			
	31/12/2024	Adições	prejuízos fiscais	31/12/2025
Movimentação dos tributos diferidos líquidos	72.388	37.567	(8.388)	101.567
Realização estimada				
2026				12.764
2027				17.034
2028				22.452
2029				29.021
Após 2030				20.296
				101.567

(ii) Adicionalmente, a Companhia possui saldo de R\$197.886 de impostos diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais não reconhecidos referente a bases de R\$112.646 e R\$469.371, respectivamente. **29.2. Corrente:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no regime de lucro real, cuja conciliação de alíquota nominal para efetiva está conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Efeito habilitação do PERSE (nota nº 19)	-	148.586	-	148.586
Resultado sem efeito do PERSE	-	(1.854)	-	(1.854)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	90.875	146.732	90.885	146.732
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal do imposto federal brasileira - 34%	(30.898)	(49.889)	(30.901)	(49.889)
Juros sobre o capital próprio	7.640	-	7.640	-
Outras adições/exclusões permanentes	(2.028)	1.704	(2.035)	1.704
Efeito do benefício do PERSE na apuração do imposto de renda e da contribuição social	-	48.185	-	48.185
Reconhecimento extemporâneo de impostos diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais	37.567	72.388	37.567	72.388
Despesas de imposto de renda e contribuição social	12.281	72.388	12.271	72.388
Taxa efetiva	13,5%	49,3%	13,5%	49,3%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(16.898)	-	(16.908)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	29.179	72.388	29.179	72.388

### 30. Gestão de Risco e Instrumentos Financeiros:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo				
Caixa e equivalentes de caixa	307.838	379.195	308.540	379.523
Contas a receber de clientes	136.047	137.628	136.099	137.676
Valor Justo por meio do resultado	443.885	516.823	444.639	517.199
Ativo circulante	amortizado	amortizado	amortizado	amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	307.838	379.195	308.540	379.523
Contas a receber de clientes	136.047	137.628	136.099	137.676
Valor Justo por meio do resultado	443.885	516.823	444.639	517.199
Ativo não circulante	amortizado	amortizado	amortizado	amortizado
Aplicações financeiras	23.049	34.902	23.049	34.902
Total do Ativo	466.934	551.725	467.688	552.101
Passivo	amortizado	amortizado	amortizado	amortizado
Fornecedores	(57.176)	(66.353)	(57.201)	(66.353)
Empréstimos e financiamentos	(1.074.947)	(975.478)	(1.074.947)	(975.478)
Obrigações sociais (a)	(89.040)	(104.193)	(89.040)	(104.193)
Obrigações fiscais (a)	(131.747)	(162.553)	(131.749)	(162.553)
Outras obrigações (b)	(11.454)	(13.588)	(11.461)	(13.588)
Valor Justo por meio do resultado	443.885	516.823	444.639	517.199
Instrumentos financeiros "swap"	(340)	(69)	(340)	(69)
Total do Passivo	(1.364.704)	(1.322.234)	(1.364.738)	(1.322.234)

(a) Compreende o valor dos impostos a pagar parcelado. (b) Compreende o valor de aquisição de ativos, aquisição de novas unidades e acordo de não concorrência. Em 31 de dezembro de 2025, houve a quitação total do valor referente a aquisição de novas unidades. Os instrumentos financeiros reconhecidos nessas demonstrações financeiras ao custo amortizado são substancialmente semelhantes ao seu valor justo, exceto os empréstimos que estão reconhecidos conforme os contratos. Por não possuírem mercado ativo, poderiam ocorrer variações, caso a Companhia decidir por liquidar ou realizá-los antecipadamente. Os níveis de hierarquia de valor justo de 1 a 3 se baseiam no grau com base no qual o valor justo é observável: • Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos; • Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços); e • Nível 3: a mensuração do justo valor é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo. A Administração, na data dos balanços adotou o nível 2 para avaliar os valores justos aplicáveis aos instrumentos financeiros da Companhia.

**30.1. Gestão de risco:** Com o objetivo de atender às suas necessidades operacionais, bem como de reduzir sua exposição a riscos financeiros, decorrentes da natureza dos seus negócios e estrutura operacional, a Companhia realiza operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. Os riscos envolvidos são administrados por meio da definição de estratégias que são elaboradas e aprovadas pela administração, em conexão com sistemas de controle e determinados limites de posições. A Companhia não contrata instrumentos financeiros para fins especulativos. Os riscos aos quais a Companhia está exposta são descritos a seguir: (i) Risco de mercado: Esse risco decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo produtivo, principalmente as carnes. Essas oscilações de preços podem aumentar substancialmente os custos operacionais, não sendo possível para a Companhia assegurar a inclusão parcial ou total desse aumento no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos



# GRUPO MADERO

MADERO

JERONIMO BURGER

ECOPARADA MADERO

MADERO CAFE

EMPÓRIO MADERO

\* continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A apresentação dos resultados do segmento e a reconciliação com o lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda na demonstração do resultado consolidada é a seguinte:

	Madero	Jeronimo	Híbrido	Outros	Total Segmento	Não alocado	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>							
Receita do segmento	1.520.084	465.302	-	60.230	2.045.616	-	2.045.616
Custos sem depreciação	(407.466)	(147.834)	-	(24.392)	(579.692)	-	(579.692)
Custos e despesas com pessoal	(411.096)	(123.241)	-	(17.509)	(551.846)	(104.988)	(656.834)
Ocupação e demais despesas	(125.493)	(48.972)	-	(2.491)	(176.956)	(28.468)	(205.424)
Depreciação e amortização	(99.308)	(42.931)	-	(37.425)	(179.664)	(23.098)	(202.762)
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>	<b>476.721</b>	<b>102.324</b>	-	<b>(21.587)</b>	<b>557.458</b>	<b>(156.554)</b>	<b>400.904</b>
(-) IFRS 16 do Segmento	(85.580)	(28.970)	-	(3.249)	(117.799)	(2.147)	(119.946)
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>							
Receita do segmento	1.466.650	297.459	224.959	53.033	2.042.101	-	2.042.101
Custos sem depreciação	(378.455)	(95.542)	(62.252)	(12.475)	(548.724)	-	(548.724)
Custos e despesas com pessoal	(447.932)	(92.920)	(73.639)	(12.437)	(626.928)	(71.415)	(698.343)
Ocupação e demais despesas	(45.096)	(11.735)	(3.157)	(770)	(60.758)	(147.889)	(208.647)
Depreciação e amortização	(100.855)	(26.805)	(18.065)	(38.512)	(184.237)	(29.068)	(213.305)
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>	<b>494.312</b>	<b>70.457</b>	<b>67.846</b>	<b>(11.161)</b>	<b>621.454</b>	<b>(248.372)</b>	<b>373.082</b>
(-) IFRS 16 do Segmento	(94.526)	(15.383)	(18.771)	(2.682)	(131.362)	(2.212)	(133.574)

### Diretoria

**Diretor Presidente**  
Luiz Renato Durski Junior

**Diretor Vice-Presidente Financeiro**  
Bruno Mutzenbecher Gentil

**Diretor de Relações com Investidores**  
Marcelo Gil Aldenucci

**Diretor Contador**  
Antonio Carlos Ferreira da Silva Junior  
(CRC PR-052836/O-0)

### Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário - 2025

**Aos Conselheiros de Administração do Grupo Madero,**  
**Apresentação:** O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") é um órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração ("Conselho"). Composto por três membros, incluindo um coordenador, o CAE reporta-se ao Conselho de Administração, possui autonomia operacional e orçamento próprio para o desempenho de suas funções, conforme atribuições estabelecidas no Estatuto Social da Companhia, consolidado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de agosto de 2025, bem como em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 13 de julho de 2022. São estabelecidas como principais competências do CAE: (i) opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia; (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iii) acompanhar as atividades de auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e (vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção e confidencialidade da informação. Informações adicionais e os respectivos documentos estão disponíveis para consulta na página de Relações com Investidores do Grupo Madero, no tópico "Governança Corporativa", no sítio eletrônico <https://ri.grupomadero.com.br/>. **Resumo das atividades e recomendações no exercício de 2025:** As reuniões do CAE são planejadas para facilitar e incentivar a comunicação entre seus membros, a Companhia e o auditor independente. O CAE se reúne regularmente com o auditor independente, com a presença da administração, para discutir sobre os resultados de seus exames, avaliações do controle interno e a qualidade geral dos relatórios financeiros da Companhia. Ao longo do exercício de 2025, e até a data da publicação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025, o CAE realizou 13 (treze) reuniões, nas quais analisou e apreciou pautas aderentes às suas atribuições. As reuniões foram realizadas nas seguintes datas:

Data da reunião	Natureza da reunião
13/02/2025	Reunião ordinária
19/03/2025	Reunião ordinária
23/04/2025	Reunião ordinária e apreciação do 1º ITR2025
21/05/2025	Reunião ordinária
23/06/2025	Reunião ordinária
23/07/2025	Reunião destinada à apreciação do 2º ITR2025
22/08/2025	Reunião ordinária
17/09/2025	Reunião ordinária
17/10/2025	Reunião ordinária
22/10/2025	Reunião destinada à apreciação do 3º ITR2025
18/11/2025	Reunião ordinária
16/12/2025	Reunião ordinária
26/01/2026	Reunião destinada à apreciação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2025

### Auditoria Independente

Em conformidade com a Resolução CVM nº 23, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. (Deloitte), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

### Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Madero Indústria e Comércio S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Madero Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Madero Indústria e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita: Por que é um PAA (principal assunto de auditoria)?** Conforme divulgado na nota explicativa nº 25 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia reconhece suas receitas com vendas de produtos de acordo com o faturamento e a entrega dos pedidos aos clientes em seus restaurantes. Essas transações são de alto volume transacional e geradas por sistemas operacionais próprios que registram todas as transações de forma sequencial e automatizada após o processamento e a entrega do pedido. Em relação aos preços, estes são definidos e aprovados pela Alta Administração e incluídos no sistema de informações. Após a confirmação da adequação dos preços em ambientes de testes, estes passam a valer para as vendas dos produtos. Após a realização da transação, o sistema integra as informações com os sistemas financeiros para o registro das transações. Esse tema foi considerado um PAA em virtude dos seguintes aspectos: (i) o valor das receitas de vendas representa um saldo relevante no conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas; (ii) o alto volume de transações que são processadas em diversas localidades; e (iii) a alta dependência de sistemas e dos seus controles internos. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria relacionados ao reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento sobre o fluxo de transações de vendas considerando a natureza das diferentes operações da Companhia; (ii) avaliação das atividades de controles internos relevantes relacionados à ocorrência, integridade e exatidão; (iii) obtenção de cartas de confirmação das principais operadoras de cartão e intermediadores de pagamento da Companhia; (iv) execução de testes amostrais para as transações de vendas em dinheiro e da indústria, confirmando as informações financeiras com os cupons e notas fiscais e o recebimento subsequente da transação; (v) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação na avaliação dos sistemas informatizados que suportam as transações de vendas; e (vi) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossos procedimentos anteriormente descritos e as evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes não indicaram distorções nas linhas de resultado referentes ao reconhecimento da receita, porém, identificamos determinadas deficiências nos controles internos que nos levaram a ampliar a extensão e modificar a natureza de nossos procedimentos substantivos. Consideramos que os critérios de reconhecimento da receita adotados pela Administração e as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Arrendamentos: Por que é um PAA (principal assunto de auditoria)?** Conforme divulgado na nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui contratos de arrendamentos de restaurantes e alojamentos registrados de acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos/IFRS 16 - "Leases", resultando no reconhecimento contábil de ativo por direito de uso e passivo de arrendamento nos montantes de R\$656.511 mil e R\$828.198 mil,

respectivamente, no balanço patrimonial. Os saldos de arrendamentos foram considerados como um principal assunto de auditoria devido a sua complexidade e relevância, pois envolve: (i) análise de um volume significativo de contratos de arrendamento; (ii) uso de julgamento significativo da Administração na definição de premissas, tais como: a taxa incremental de empréstimo e a determinação dos prazos de arrendamentos, entre outros; (iii) forte dependência de controles manuais para a inclusão das informações nos sistemas; e (iv) grau de complexidade da divulgação das informações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos e processos implementados pela Administração para apuração dos montantes referentes ao pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16; (ii) realização de seleção de uma amostra de contratos para a qual obtivemos os contratos dos arrendamentos e realizamos os recálculos de valores apurados; (iii) avaliação das principais premissas, incluindo a taxa incremental de prazos de arrendamentos, e estimativas utilizadas pela Administração para mensuração do passivo financeiro de arrendamento e direito de uso dos ativos, bem como das contabilizações efetuadas, incluindo aspectos quantitativos e qualitativos; e (iv) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossos procedimentos anteriormente descritos e as evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes revelaram ajustes imateriais identificados nas linhas de ativo, passivo de arrendamentos e no resultado, que foram efetuados pela Companhia, assim como, deficiências no controle interno da apuração dos contratos de arrendamento, que nos levaram a ampliar a extensão e modificar a natureza de nossos procedimentos substantivos. Consideramos que os critérios de reconhecimento dos contratos de arrendamento adotados pela Administração e as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as

Todas as reuniões foram registradas em atas e assinadas por seus membros, sendo devidamente arquivadas na sede social da Companhia. Dentre as atividades realizadas no exercício, destacam-se: **(i) Auditoria Independente:** O CAE manteve interação constante com a auditoria independente, discutindo aspectos relacionados à independência, qualificação, plano e andamento dos trabalhos de auditoria, bem como temas relevantes identificados ao longo do exercício. No contexto dessas atividades, em 23 de abril de 2025, o CAE recomendou ao Conselho de Administração a renovação do contrato com a empresa de auditoria independente Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. **(ii) Informações trimestrais e Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações trimestrais e das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, devendo manter controles internos por ela considerados necessários para permitir sua elaboração livre de distorções relevantes. No cumprimento de suas responsabilidades de supervisão, o CAE se reuniu 4 (quatro) vezes com os auditores independentes e revisou as informações trimestrais (ITR) relativas ao exercício de 2025, bem como as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas auditadas e o Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, recomendando a aprovação das referidas ITRs e Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração. **(iii) Controles Internos, Normas Contábeis e Projetos Financeiros:** O CAE acompanhou de forma contínua os avanços nos controles internos e projetos financeiros da Companhia, incluindo a gestão do ativo imobilizado e arrendamentos (IFRS 16). Também foram discutidas oportunidades de otimização tributária, como créditos de PIS/COFINS, e iniciativas para melhoria de processos financeiros e contábeis. Além disso, o Comitê analisou a carta de controles internos emitida pela auditoria externa, recomendou ações para aprimoramento dos controles e monitorou a implementação de planos de ação. **(iv) Compliance:** Tema recorrente nas reuniões do CAE, com acompanhamento das metas, indicadores e principais ações desenvolvidas pela área. Foram discutidos o monitoramento do Canal de Ética, estatísticas de denúncias e andamento de sindicâncias. O Comitê também acompanhou a evolução dos treinamentos de Compliance e as medidas disciplinares ou corretivas adotadas pela administração e formulou recomendações voltadas ao aprimoramento dos processos de apuração, ao reforço da cultura ética e à melhoria da forma de reporte das informações de Compliance. **(v) Gestão de Riscos, Segurança da Informação e Assuntos Corporativos:** O CAE dedicou atenção à gestão de riscos e à segurança da informação, acompanhando os projetos de mapeamento de riscos e aprimoramento de processos e procedimentos, bem como temas de Cyber Security e Inteligência Artificial onde foram abordados riscos e oportunidades. No âmbito dos assuntos corporativos, o Comitê acompanhou a evolução dos processos trabalhistas da Companhia, os acordos firmados e os procedimentos de remediação que vêm sendo implementados pela gestão, avaliando seus impactos e a adequação das medidas adotadas. Também foram discutidos projetos estratégicos, como a evolução da área de Engenharia de Processos, iniciativas de Recursos Humanos e temas jurídicos relevantes. Como resultado dessas discussões, o Comitê formulou recomendações para o fortalecimento da governança, mitigação de riscos operacionais, trabalhistas, tecnológicos e legais.

Curitiba, 27 de janeiro de 2026

**Lucia Casasanta**  
Coordenadora e Membro Independente do CAE e do Conselho de Administração  
**Martin Secco Arias**  
Membro Independente do CAE e do Conselho de Administração  
**Karin Monchak**  
Membro Independente do CAE

### Declaração da Diretoria

Em atendimento às disposições constantes da Resolução CVM nº 80, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as Demonstrações Financeiras Anuais Completas da Madero Indústria e Comércio S.A. e suas controladas, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Curitiba, 28 de janeiro de 2026

demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e realizamos a auditoria do grupo para obter as evidências de auditoria apropriadas e suficientes referentes às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 28 de janeiro de 2026

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**  
**Auditores Independentes Ltda.**  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR  
**Fernando de Souza Leite**  
Contador  
CRC nº 1 PR 050422/O-3

**Deloitte.**

